

UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Cristimar Carvalho Duarte¹
Dayane Miranda Romeira²
Sirlene Gomes Ferreira Grava³

RESUMO

A Educação Infantil considerada como a primeira etapa da educação básica exerce um papel fundamental na construção da identidade da criança, no contexto político nacional, o reconhecimento é a partir da Constituição de 1988, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do MEC em 1990. Isso é parte de uma história coletiva de lutas de intelectuais, tendo em vista as políticas educacionais voltadas às crianças. A procura pela inserção da criança na Educação Infantil, deve-se a diversos fatores, tendo em vista o reconhecimento da importância dessa etapa de ensino no desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil.

1. Introdução

A dimensão social que envolve a criança é uma questão que deve ser compreendida por todos, pois a Educação Infantil surgiu a partir desta, mas é necessário também trazer à luz de que a dimensão das especificidades, tais como emocional, afetiva, cognitiva e social são princípios que estão explícitos na RCNEI (2002). A oferta na Educação Infantil, deve ser de forma que garanta às crianças e à sociedade brasileira o acesso, como também a garantia de permanência.

Portanto, é indispensável um conhecimento aprofundado sobre os aspectos históricos da Educação Infantil, o desenvolvimento da “prática educacional nas instituições responsáveis e as influências que exerceram e ainda exercem nas diretrizes pedagógicas dessa área”. E ainda, há necessidade em se diferenciar o conceito, a especificidade e as particularidades do cuidar e do educar no contexto atual, pautando em autores

1Graduada e Especialista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil na Instituição: Creche Municipal Igneis Bresolin Giongo.

2Graduada e Especialista, Professora na Instituição: Creche Municipal Igneis Bresolin Giongo.

3Graduada e Especialista, Professora na Instituição Creche Municipal Igneis Bresolin Giongo.

que discutem essa questão e na legislação atual, que possam contribuir com a instituição em questão.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação da criança durante muito tempo era de responsabilidade da família ou do grupo social ao qual pertencia. Era através do convívio em grupo que a criança aprendia as regras, a partilhar das tradições importantes para determinado grupo e assim passava a dominar os conhecimentos necessários para enfrentar a vida adulta. Na época não havia nenhuma instituição que compartilhasse as responsabilidades pela educação da criança junto com seus pais e comunidades. As formas de pensar em relação à criança quanto sua forma de ser e a importância da infância em sua vida fez com que se pensasse em uma educação infantil que complementasse a educação familiar.

Participação da mulher no mercado de trabalho fazendo com que se afastasse de seus afazeres domésticos, e também o reconhecimento pela importância no desenvolvimento da criança que então foi criado as instituições de educação infantil. Durante muito tempo as instituições infantis, tinham função assistencialista. A educação infantil do século XIX era dividida socialmente, as creches e pré-escolas atendiam as crianças de classe populares. Essas instituições não tinham a preocupação de oferecer um trabalho pedagógico para que as crianças se desenvolvessem como cidadãs conhecedoras de seus direitos. Ao contrário do jardim de infância que atendia as crianças ricas, nele era desenvolvida um atendimento voltado às questões pedagógicas.

Steinle e Suzuki (2009, p.12). Afirmam que:

[...] As creches e as pré-escolas destinavam seu atendimento às crianças pertencentes às classes populares. Tais entidades se preocupavam estritamente em guardar e cuidar dos filhos de mães trabalhadoras. Por outro lado, o jardim de infância atendia às crianças ricas, desenvolvendo um atendimento mais voltado para as questões pedagógicas.

As creches tinham somente como objetivo atender as necessidades das mães que trabalhavam, e deixavam seus filhos para serem cuidados, não era oferecido nenhum tipo de trabalho pedagógico. A educação infantil vem se estruturando e passando por muitas reformas e melhoras. Por um bom tempo na história não havia uma instituição responsável por educar e compartilhar as responsabilidades das crianças com os pais.

No ano de 1931 houve a elaboração de uma reforma de ensino que era voltada para a universidade e o Ensino Secundário, a Educação Infantil não foi lembrada. Como afirma Espíndola (2006, p.88):

Em 1931, o então ministro da Educação e Saúde elaborou uma reforma de ensino pautada na estruturação da universidade e na reorganização do Ensino Secundário. Essa reforma nada fez em prol do Ensino Primário, conseqüentemente ignorou a Educação Infantil.

Logo depois um movimento foi criado por um grupo de educadores e intelectuais, que lutavam para uma renovação da educação. Foi lançado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros, documento que constava alguns ideais de uma escola pública, gratuita, obrigatória, bem como da laicidade do ensino e da coeducação dos sexos nas escolas. Constava nesse documento a criação de instituição de educação com assistência física e psíquica à criança até seis anos de idade. Como afirma Espíndola (2006, p.88): “O item 8 desse documento se referia especificamente à criação de instituições de educação e assistência física e psíquica à criança em idade pré-escolar (até seis anos) , prevendo a organização de jardins-de-infância.” Não havendo preocupação com o pedagógico, e sim com os devidos cuidados.

Em 1935 foi criado pela prefeitura São Paulo o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, sendo instituídos os primeiros parques infantis, que abrigavam os menores enquanto suas mães trabalhavam. A creche tinha como finalidade combater a pobreza e mortalidade infantil, tinha como preocupação reforçar as responsabilidades das mães no lar cuidando de seus filhos.

As instituições de Educação Infantil, nas décadas de 1930 e 1950, estavam sobre responsabilidades de organizações filantrópicas, e tinha como prioridade maior, o cuidado com a alimentação, higiene segurança. Em 1940

surge o Departamento Nacional da Criança (DNCr), tinha como maior finalidade o cuidado com a saúde das crianças do que com a seu processo educativo. Nessa mesma década foi aprovado a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta as relações entre patrões e empregados, exigindo a criação de creches que seria de responsabilidades das empresas privadas. Mas tal medida não se efetivou na prática, ficando somente no discurso oficial.

Já na década de 1950, aconteceram iniciativas de efetivação de modelos compensatórios, as instituições tinham como finalidade substituir as mães, em processo de compensação de natureza física, mental, social e alimentar. Na década de 1960, havia uma preocupação de natureza pedagógica com as crianças. Algumas pesquisas mostram a importância da creche para as crianças menos favorecidas, por oportunizar experiências significativas ao desenvolvimento, destacando também a importância dessa instituição para a compensação de carências biopsíquicas.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024, promulgada em 1961, especifica que a educação para criança menor de seis anos será ministrada em Jardins- de- Infância e Escolas Maternais, que se destinam a menor de sete anos e as empresas que empregam mães com filhos com menos de sete anos serão estimuladas a manter por iniciativa própria, instituições de Educação Pré- Escolar. Não se vê nenhuma determinação por parte do poder público garantia de recursos para a Educação Infantil. Diante disso, naquele momento, discursos de naturezas diversas dominam o espaço da Educação Infantil. Isso ocasionou mudanças importantes nas creches, há a inserção de profissionais diversos, psicólogos, pedagogos, recreacionistas.

Segundo Espíndola (2006, p.91):

Conseqüentemente, discursos de naturezas diversas, alicerçados nas teorias de privação cultural, dominaram o espaço da Educação Infantil naquele momento. Isso gerou mudanças significativas nas creches, dentre elas, a inserção de profissionais diversos, tais como os psicólogos, pedagogos, recreacionistas.

Através dos movimentos feministas surgiu a luta por creches, era

defendida a ideia de que a creche estendesse seu atendimento para todos os filhos de mulheres, independente de trabalho ou classe social.

Houve então um aumento no atendimento à infância que não se relacionava com a qualidade de atendimento. Segundo Espíndola (2006, p.92) “O fator expansão foi um dos que afetaram diretamente a qualidade, isto é, não houve consonância entre aumento quantitativo e qualitativo no atendimento”. A distribuição de recursos para a Educação Infantil não foi expressiva.

A Lei nº. 5.692 de 1971, elaborada por solicitação de um dos governos militares foi vaga e não contribuiu para o desenvolvimento da Educação Infantil. Vários educadores se pronunciaram em relação à negligência nacional. Estudos foram feitos com intenção de discutir a distribuição de oportunidades de educação pré- escolar e seus benefícios para a promoção do desenvolvimento da criança.

Nos anos 80 a medida que a Educação Infantil foi se institucionalizando houve a preocupação por parte dos educadores de oferecer uma educação de qualidade com função pedagógica assim como as instituições particulares ofereciam.

Segundo Espíndola (2006, p. 104)

Os debates em torno da Educação Infantil ampliaram-se para o âmbito nacional na década de 1980. Vários encontros foram promovidos com o intuito de desenvolver e difundir maior conhecimento sobre a criança e sobre as funções que a Educação Infantil deveria exercer para que, realmente, atendesse às reais necessidades da criança brasileira.

Os debates a cerca da qualidade da Educação Infantil se estenderam. O movimento nacional ocorrido em 1987, Criança e Constituinte, foi importante, buscava melhorias na qualidade educativa ocasionando uma mobilização social em torno dos direitos das crianças.

Com o tempo e com novas formas de entender a realidade, aconteceram alterações na concepção de infância e nas diversas maneiras de promover a formação e o desenvolvimento da criança.

A educação infantil tem tido muitos avanços para as crianças de 0 a 6 anos. Novos fazeres, tendências e condições estão sendo estabelecidos, devido ao conhecimento sobre o desenvolvimento e educação infantil e de política públicas nesta área. Vemos que as instituições têm como função cuidar e educar e que é direito de toda população. Toda essa conquista foi obtida com várias lutas, conseguindo então o acesso ao atendimento e uma qualidade no ensino das crianças.

Em consequência das lutas e movimentos ocorridos nacionalmente houve o reconhecimento dos direitos das crianças à educação desde o nascimento e garantia constitucional. Com a Constituição Federal de 1988, a educação infantil passa a ser direito da criança e um dever do Estado, a ser efetivado no ensino.

Art.208- O dever do estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

IV- Atendimento em creche e pré- escola às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1988).

Os maiores avanços conquistados na área da educação infantil estão na atual lei de Diretrizes e base da Educação Nacional - LDB 9394/96, que a educação infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica, e tem como função favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, atendendo suas especificidades.

O Artigo 29, diz:

Art.29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1997)

Com todo esse avanço é reconhecida a necessidade de uma educação voltada para o desenvolvimento integral do aluno, destacando também a importância e a responsabilidade da família no processo educativo da criança, sendo de fundamental importância uma parceria da instituição e a família.

Para reafirmar os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nele explica todos os direitos da criança. Também determinou a criação dos Conselhos da Criança e

do Adolescente e os Conselhos Tutelares, para assegurarem os direitos das crianças. Segundo Craidy e Kaercher (2001, p.24):

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei fed. 8.069/1990, também conhecido como ECA, explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças pequenas incluírá o direito a creches e pré- escolas.

A instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente na Legislação brasileira favorece e possibilita a fiscalização das Políticas voltadas para a infância reconhecendo os direitos das crianças e do adolescente.

No ano de 1998 o Ministério da Educação e Cultura publica um documento curricular para crianças de zero a seis anos de idade. Como afirma Steinle e Suzuki (2009 P.17): “Em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publica o primeiro documento curricular nacional voltado à faixa etária de zero a seis anos, intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RECNEI).” Esse documento é utilizado pelo professor para auxiliá-lo em sua prática pedagógica nos desenvolvimentos de atividades para a educação infantil, melhorando as práticas com a educação infantil.

Esse documento atende as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9. 394/96), que determina que toda criança tem direito a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e serve como auxílio nos planejamentos do professor. Esse documento busca dar subsídio para uma igualdade de ensino, possibilitando as crianças o direito de crescerem como cidadãos. Vivenciando situações que tenham objetivos de socialização e ampliação dos conhecimentos da realidade social e cultural.

O documento é composto por três volumes, volume I, é uma introdução que apresenta uma reflexão sobre creches e pré- escolas no Brasil, situando e fundamentando concepção de criança, de educação, de instituição e do profissional. O volume II é referente à Formação Pessoal e Social, que prioriza a construção da Identidade e Autonomia das crianças. O volume III, é referente

a Conhecimento de Mundo, nele contém os eixos que orientam as diferentes linguagens e relações com o objetos de conhecimento: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Esse material foi disponibilizado para orientar e servir como base no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento atende as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9. 394/96), que determina que toda criança tem direito a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e serve como auxílio nos planejamentos do professor. Esse documento busca dar subsídio para uma igualdade de ensino, possibilitando as crianças o direito de crescerem como cidadãos. Vivenciando situações que tenham objetivos de socialização e ampliação dos conhecimentos da realidade social e cultural.

Com todas as lutas e movimentos sociais, a educação Infantil teve muitas conquistas asseguradas por lei, e houve uma mudança nas praticas com as crianças.

Hoje a Educação tem como objetivo o cuidar e educar, pois a criança precisa tanto de cuidados com a higiene, saúde, alimentação e um acompanhamento pedagógico que venha desenvolver as potencialidades dessa criança, proporcionando uma experiência de troca na interação com o outro, participando de uma experiência cultural. Segundo Craidy e Kaercher (2001, p.16): “A educação da criança pequena envolvem simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar”. Dentre os benefícios e propostas para a Educação Infantil a formação e ação do educador é importante para que o processo de aprendizado dessa criança seja alcançado e elas sejam estimuladas a adquirirem identidade e autonomia e se desenvolver fisicamente e cognitivamente. É preciso que o professor se conscientize em sua pratica educativa e busque se adequar e constantemente buscar novos conhecimentos e novos fazeres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro: Lei 9.394, de 1996: lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.: il.

STEINLE, M. C. B. e Suzuki, J.T.F. **educação da criança de 0 a 5 anos**. São Paulo: Pearson prentice Hall, 2009.

CAMPOS, Maria Malta, Fúlvia Rosemberg e Isabel M. Ferreira. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

CRAIDY, Carmem, M. e KAERCHER. Gládis E.P. da S. (org) **Educação Infantil: Pra que te quero?** Editora: Artimed Porto Alegre 2001.

ESPÍNDOLA, Ana Lucia et.all. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO em três momentos da História do Brasil: Período colonial, Período Imperial e Primeira República**. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

FIDELS, Silvio Aparecido e TEMPEL, Monica. **Educação infantil uma proposta lúdica**. Editora Carlini caniato Cuiabá 2005.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de, (org). **Educação da infância: História e política**. Rio de Janeiro: Editora DP&A 2005.